

1885, Acunari Cabrita, Desobediência (paralela), 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024.

DORRIT HARAZIM

Blogueira e jornalista
@dorrit_harazim

Barbárie

É tudo muito louco. Em novembro de 2022, no dia marcado para ser executado por injeção letal, o condenado à morte Kenneth E. Smith, do Alabama, ficou amarrado à maca por quatro horas, enquanto agentes lhe perfuravam braços e pernas à procura de um acesso intravenoso para aplicar o coquetel de fármacos. Demoraram tanto que o prazo para a execução expirou, e Smith foi devolvido ao corredor da morte. Estava traumatizado. Já havia recebido as últimas orações, degustava uma refeição de sua escolha como parte do ritual, se despedia de lembranças. Em resumo, estava preparado para voltar a ser vivente encarcerado há 34 anos.

Passaram 14 meses. Na quinta-feira passada, foi novamente conduzido à sala esterilizada para execuções na penitenciária Holman. Segundo as regras do Judiciário do Alabama (um dos 27 estados americanos onde a pena capital ainda é legal), foram-lhe dadas três escolhas de método de execução: injeção letal, cadeira elétrica ou asfixia por gás nitrogênio puro. A primeira Smith já havia experimentado. A segunda evocava horrores do passado. Optou pela hipóxia com nitrogênio puro, que, segundo seus defensores, garante a morte em pouco mais de um minuto e meio por falta de oxigênio no corpo.

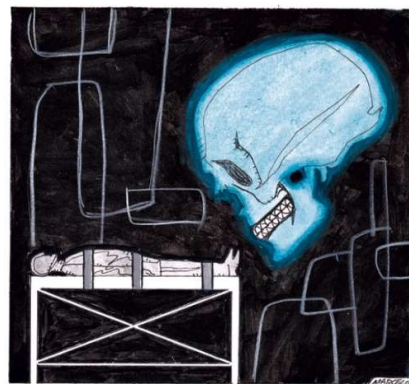
Por meio de uma máscara que lhe cobria o rosto, o condenado respirou a própria morte. Segundo o testemunho de um dos jornalistas presentes (por lei, toda execução precisa ser registrada por pelo menos um repórter local, um estadual e um de agência noticiosa), tudo levou 22 minutos. Houve convulsões, tremores, agonia. Os próprios agentes penitenciários ficaram "visivelmente chocados pela forma como tudo deu errado", contou o reverendo Jeff Hood, que acompanhou o condenado até o final.

—Tendo falhado na primeira tentativa de matar Smith, o Estado do Alabama desta vez o escolheu para servir de cobaia —sentenciou a juíza da Suprema Corte Sonia Sotomayor em seu voto contrário à execução. O colegiado de nove membros se reuniu de última hora para julgar um recurso. Sotomayor, junto a Ketanji Brown Jackson e Elena Kagan, foi votado vencido: 3 a 6. As três mulheres —uma de origem hispânica, uma negra, uma branca — foram indicações de Barack Obama e Joe Biden. A quarta mulher da Suprema Corte atual, Amy Coney Barrett, indicada por Donald

Trump, votou a favor da execução. Cabe mencionar que a sentença de Kenneth Smith não fora decidida pelos 12 jurados que analisaram o caso em 1988. Aquele tribunal do júri se pronunciara, por 11 votos a 1, pela aplicação da prisão perpétua, mas a sentença acabou revertida para pena de morte, monocraticamente, por um único juiz, o que hoje não seria mais permitido. Smith e um companheiro haviam sido contratados como matadores de aluguel por um pastor da Igreja de Deus local. Cada um recebeu US\$ 1.000 para eliminar a mulher do mandante. Descoberto, o pastor se suicidou.

É tudo muito louco. Não faz tanto tempo assim que Ronnie Lee Gardner foi executado por pelotão de fuzilamento numa prisão do Estado de Utah. O preso foi amarrado a uma cadeira cercada de sacos de areia e dotada de uma bandeja de metal na parte inferior, para a coleta do sangue derramado, um capuz foi atado a sua cabeça e um círculo branco afiado no peito como marcador do coração. Em determinado momento, cinco atiradores de elite adentraram a sala de execução, postaram-se atrás de uma parede de tijolos a 7,5m de distância, apontaram seus rifles calibre .30 para o alvo através de pequenas aberturas. Quatro dos cinco rifles estavam carregados com uma única bala, e

Pena de morte é incompatível com qualquer sociedade evoluída. Simples assim, apesar de toda a complexidade



um disparou uma munição inócua, de forma a embalarhar a autoria do tiro fatal e proteger os executores da carga psicológica. Além de Utah, quatro estados americanos já reintroduziram o pelotão de fuzilamento como método de execução. Em Idaho cogita-se recorrer a disparos por controle remoto, visando a eliminar a carga emocional dos atiradores. Está faltando algo? Ah, sim, a cadeira elétrica foi reintroduzida como opção no Alabama, na Flórida, no Kentucky, no Tennessee; outros três estados têm legislação pronta no mesmo sentido para a eventualidade de a injeção letal tornar-se inconstitucional ou inviável. Morte por enforcamento ou em câmara de gás cianeto também sobreviveram no papel, apesar de a Oitava Emenda da Constituição americana proibir "punições cruéis ou inusitadas".

Chega-se, assim, ao paroxismo de haver altas autoridades do meio jurídico, médico e prisional analisando a forma mais cirúrgica e segura de matar um condenado. Antes de adotar a asfixia por gás nitrogênio puro, os legisladores do Alabama chegaram a consultar uma centena de especialistas. "É provavelmente o método de execução mais humano jamais concebido", garantiu o Departamento Prisional do estado. O mesmo já foi dito um século atrás a respeito das horrendas câmaras de gás que mataram 600 condenados. Logo a eficácia dos métodos subsequentes também nunca faltaram.

Tudo inútil, pois não há como humanizar a pena de morte. Trata-se de um barbárie incompatível com qualquer sociedade evoluída. Simples assim, apesar de toda a complexidade.

BERNARDO MELLO FRANCO

Advogado e jornalista
@bernardomellofranco

O resgate de um diário

Em 2 de abril de 1964, militares amarraram Gregório Bezerra à traseira de um jipe e o arrastaram seminu pelas ruas do Recife. Preso nas primeiras horas do golpe, o ex-deputado foi espancado e exibido como um troféu do novo regime. A brutalidade chocou a jovem advogada Mécia Albuquerque, que presenciou a covardia contra o velho comunista.

"Gregório, apenas com um calção preto e uma corda de três pontos de amarração no pescoço, era arrastado por soldados, seguidos de perto por um carro de combate, com pés que haviam sido banhados em soda cáustica, sangrando", registrou Mécia. Naquela dia, ela tomou uma decisão: abandonou o emprego para defender presos políticos.

A advogada virou referência para vítimas do arbítrio em todo o Nordeste. Denunciou torturas, petiu corréis, ajudou a localizar desaparecidos vivos e mortos. Para aguentar o tranco, despejou suas angústias num diário secreto, recém-publicado pela Editora Figueirarua. O livro inspira "Lady Tempestade", monólogo de Andréia Beltrão que tem lotado todas as sessões no Teatro Pórcia.

"As prisões continuavam indiscriminadamente, repletas de imensa violência", escreve Mécia, em outubro de 1973. "O pânico domina o Recife, um terror envolvido as universidades. As famílias intranquilas, sem segurança", prossegue, dias depois. "No sei até quando vai durar essa chacinha", desespera-se, no mês seguinte.

O leitor acompanha a advogada em peregrinação por cadeias, hospitais e necrotérios. Testemunha sua revolta com os maus-tratos aos presos, que recebiam comida podre e tinham pertences roubados pelos carcereiros. "O DOI é um lugar horrível", anota. "Os prisioneiros infestam as celas, o mau cheiro é terrível, restos de fezes, sangue, vômitos dentro da cela".

Mécia narra o calvário de "homens transformados em bagaço" em ambientes que compõem a campanha de concentração. Nos 60 anos do golpe, anotações de Mécia Albuquerque inspiram peça e jogam luz sobre papel de advogadas na ditadura.

Ela descreve os torturadores como seres necrófilos, que "vibram com a morte" e "explicam os atos anormais como amor à pátria". Num momento de alívio cômico, reproduz diálogo com o diretor da cadeia de Itamaracá. "Dr. Ednaldo me disse que mais lhe dói a morte de um cavalo do que a de um preso político. Ao que repliquei: 'Faz muito bem em defender sua espécie. Eu defendo a minha, os homens'".

A altivez lhe traria problemas com a repressão. Mesmo sem se envolver com a política, ela foi presa 12 vezes. Numa, foi ameaçada com revolver na cabeça. Em outra, arremessada para fora de uma viatura. "Não me arrependo de nada", escreve a advogada, que morreria em 2003.

Entre testemunhos de coragem, o diário também revela passagens de fraqueza e desespero. "Desejo ficar só para chorar, sinto uma tristeza imensa e me perco no escuro da minha amargura, da minha descrença em tudo", anota. Com a saúde fragilizada, ela ouve do médico que só conseguirá engravidar se parar de trabalhar. "Luto pelos filhos dos outros, entram em minha vida, amargam-me a existência e ainda me privam de ter filhos", ironiza.

As vésperas dos 60 anos do golpe, o resgate de Mécia jogava luz sobre a atuação de advogadas que resistiram à ditadura. "Nunca dei sei de ajudar quem me procura", orgulha-se a pernambucana, em novembro de 1973. "Levei a paz, devolvi filhos a pais, dei a alegria antes do Natal a cinco filhos", lêsteja, ao registrar a libertação de cinco clientes no mês seguinte.

* ARTIGO

Fantasia não é passe livre ao assédio

HELOISA AGUIAR

Quando mulheres se fantasiam e vão para as ruas celebrar a liberdade de se estar onde elas quiserem, ocupando espaços, tocando instrumentos ou levando estandartes, seus corpos desafiam o estado permanente de vulnerabilidade. Uma coragem que se potencializa quando unem forças e exaltam seu poder de resistir, de quebrar padrões e estabelecer novas ordens. Pelas ruas, esse cortejo exige o paradoxo e uma enorme responsabilidade à sociedade: garantir a segurança e o respeito ao corpo feminino.

Uma fantasia, um máio ou qualquer outro tipo de vestimenta (mas podem ser vistos como um "passe livre" ao assédio e à importunação. É a campanha "Ouvim NAO? Respeite a decisão" estará nas ruas para educar e exigir o mínimo para viver com dignidade em comunidade: respeito.

A campanha, que está em seu segundo carnaval, deu origem a um protocolo de atuação e se transformou num dos principais programas da Secretaria de Estado da Mu-

lher. Além de peças publicitárias, cartazes, folhetos e adesivos que levam informações e QR code para baixar o aplicativo Rede Mulher, o protocolo "Ouvim NAO? Respeite a decisão" traz uma série de recomendações para tornar grandes eventos e casas de show, bares e restaurantes lugares mais seguros para as mulheres. Equipes de segurança são capacitadas e orientadas sobre como atuar em casos de importunação e assédio. Tudo de que grandes eventos e casas de entretenimento precisam para cumprir a lei federal 14.786, a Lei do Não é Não.

Carnaval traz à sociedade a enorme responsabilidade de garantir a segurança e o respeito ao corpo feminino

Respeite a decisão" é uma resposta crucial ao assédio, destacando a importância do consentimento e do respeito nas interações, especialmente em ambientes de grandes aglomerações e festividades. Por isso estamos na Marquês de Sapucaí, em grandes blocos, na Intendente Magalhães e, em parceria com diversas prefeituras, nos multiplicamos pelas regiões do estado que também têm vocação para o carnaval.

Esse é um dos grandes desafios desta jovem Secretaria de Estado da Mulher, que foi criada em janeiro de 2023 e, nos primeiros 12 meses de existência, já conseguiu impactar mais de 2,8 milhões de pessoas por meio de campanhas e ações.

É imperativo que o carnaval e outros grandes eventos sejam vistos não apenas como momentos de celebração, mas também como oportunidades para reforçar a mensagem de que o respeito ao corpo e à escolha das mulheres é fundamental. A festa de Moço não é uma licença para ignorar os limites pessoais, e o assédio não pode ser naturalizado. Somos estandartes de nossas próprias histórias e dignidades.

A verdadeira liberdade se encontra na celebração da diversidade e no respeito mútuo. Nossa luta por um carnaval — e um mundo — onde as mulheres sejam respeitadas e protegidas continua. Juntas, mulheres e homens ombro a ombro, podemos criar uma sociedade em que cada "não" seja ouvido e respeitado, e a dignidade de cada mulher seja negociável, em todos os momentos e em todos os lugares.

* Heloisa Aguiar é secretária estadual da Mulher de Rio de Janeiro